CCDR ALENTEJO

# Boletim Trimestral

Nº 14

## Alentejo Hoje

### Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

ALENTEJO 2020

**A concretização da Estratégia Regional no sentido de afirmar o Alentejo como um território com capital simbólico e identidade distintiva, dotado de recursos materiais, de conhecimento, competências e amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais-valia ambiental, atraindo residentes, visitantes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social, abrange um conjunto de contributos e complementaridades de financiamento, com destaque para os mecanismos de programação multifundos (FEDER e FSE) que são acolhidos no Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020.**

## Ficha Técnica

**Propriedade:**
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

**Director:**
António Dieb

**Director Executivo:**
Figueira Antunes

**Concepção Gráfica e Paginação:**
Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

**Colaboradores internos:**
Amável Candeias
Joaquim Fialho
Nelson Faustino
Rosa Banha
Teresa Godinho

**Colaboradores externos:**
Ana Paula Amendoeira
*Diretora Regional de Cultura do Alentejo*

**Edição:** Setembro 2014

**Agradecimento:**
Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

## Índice

**5**
Nota de Abertura

**6**
Conjuntura Regional

**12**
Tema em destaque:
Programa Operacional Regional do Alentejo 2014 - 2020

**21**
Opinião:
A Cultura, "Especialização Inteligente" do Desenvolvimento

**26**
Programa Operacional Regional - INALENTEJO
Situação em 31-08-2014

**32**
Programa Operacional Regional - INALENTEJO
Investimentos em destaque

# Nota de Abertura

O Programa Operacional Regional Alentejo 2020 integra nesta edição do Boletim a rubrica **TEMA EM DESTAQUE** pelo contributo relevante que deverá dar para afirmar o Alentejo como um território distinto e autêntico, económica, social e ambientalmente responsável, mais atrativo, mais competitivo e com mais e melhor emprego.

É bom lembrar que as opções e prioridades de intervenção consagradas no PO Regional são o resultado de um processo de análise e reflexão muita alargada aos principais actores regionais de natureza politica, económica, de investigação e ciência, associações ambientais, sindicatos, cidadãos em geral,... desde o final de 2012 em variadíssimas iniciativas promovidas por esta CCDR ou em que esta foi chamada a participar.

Foi desta forma, que em articulação com as politicas sectoriais nacionais, a Região elaborou dois documentos específicos de orientação estratégica para o seu processo de desenvolvimento até 2020: o Plano de Acção Regional Alentejo 2020 e a Estratégia Regional de Especialização Inteligente, os quais foram oportunamente reconhecidos pelo Conselho Regional desta Comissão de Coordenação.

Na abertura à sociedade civil e aos seus Agentes e Instituições mais relevantes, contamos com a **OPINIÃO** da Senhora Directora Regional de Cultura do Alentejo, que nos dá a sua visão sobre este relevante "activo" identitário da Região, considerando-o mesmo como a " Especialização Inteligente " do desenvolvimento regional, assente sobretudo no valor do seu Património Cultural.

Na análise da **CONJUNTURA REGIONAL** releva-se a progressiva afirmação do sector do Turismo, com um percurso significativo de crescimento/ desenvolvimento, cujo objectivo a médio prazo é o de estruturar o destino Alentejo como uma Região de Excelência, nacional e internacionalmente reconhecida.

Por último, como **INVESTIMENTOS EM DESTAQUE** no Programa Operacional Regional - INAlentejo, e como forma de evidenciarmos a importância da cultura e do património no desenvolvimento da Região, apresentam-se sumariamente alguns projectos aprovados neste âmbito: 1) Rede de Património de Portalegre: edificado, móvel e imaterial ; 2) Valorização e Conservação do Sítio Arqueológico de S. Cucufate ; 3) Valorização e Divulgação do Património da Igreja de Nossa Senhora do Carmo ; 4) Reabilitação da Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém ■

**António Dieb**

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

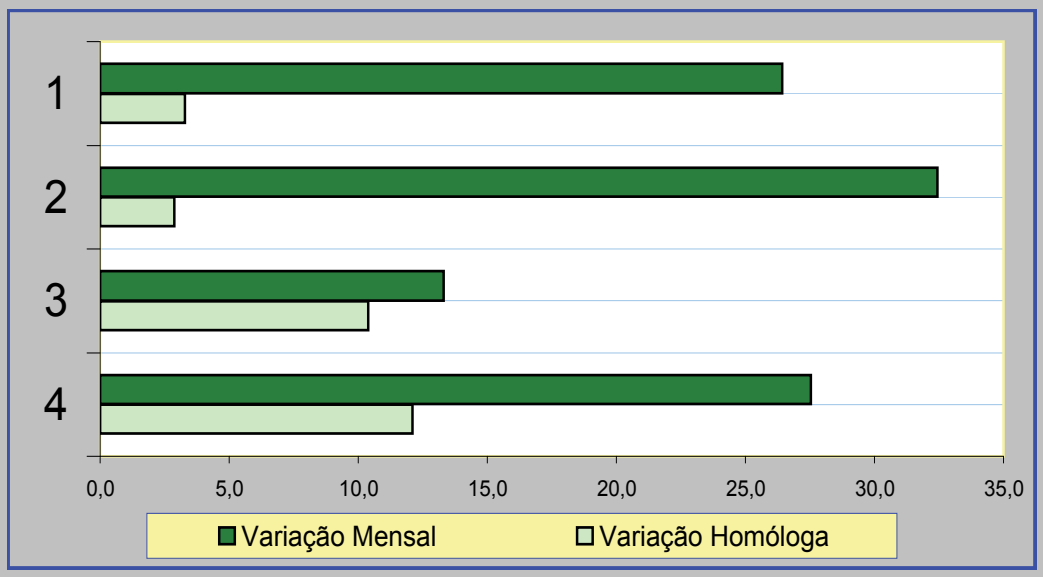
# Conjuntura Regional

## Julho de 2014

Iniciando a análise da conjuntura regional com o sector do **turismo**, é de salientar que o Alentejo realizou, nos últimos anos, um percurso de crescimento/desenvolvimento turístico cujo objectivo máximo é o de estruturar o destino como uma Região de excelência. Esse caminho contou com uma forte e inequívoca participação do sector privado que também recebeu apoio comunitário que simboliza mais de 25% do investimento nacional. Algumas das vertentes desta aposta estratégica consistiram na estruturação da oferta, na criação de produto, na dinamização da identidade, na promoção integrada, na formação, na aposta nas novas tecnologias, nos sistema de atendimento e no apoio ao empreendedorismo.

**Variáveis de Conjuntura - Turismo**

| Variáveis | | | Julho de 2014 | Junho de 2014 | Variação Mensal | Julho de 2013 | Variação Homóloga |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Turismo | 1 | Proveitos totais (€) dos estabelecimentos hoteleiros | 6759 | 5346 | 26,4 | 6544 | 3,3 |
| | 2 | Proveitos de aposento (€) dos estabelecimentos hoteleiros | 4849 | 3661 | 32,5 | 4714 | 2,9 |
| | 3 | Hóspedes (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros | 73736 | 65076 | 13,3 | 66792 | 10,4 |
| | 4 | Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros | 148040 | 116079 | 27,5 | 132047 | 12,1 |

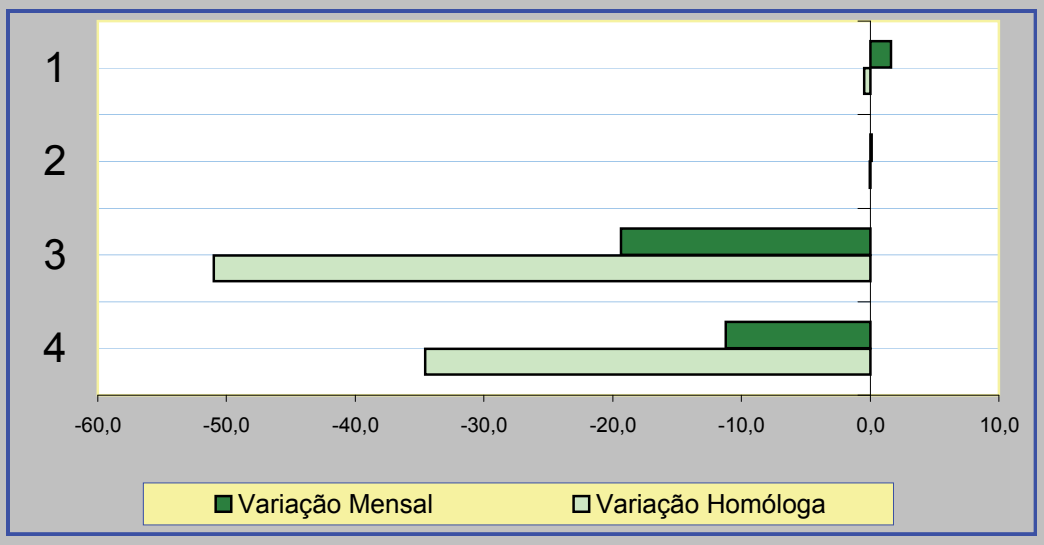



Tendo em conta esta aposta estratégica, destaca-se no mês de Julho a variação positiva dos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros (quer os proveitos totais, quer os proveitos de aposento), face ao mês anterior (+26,4%), e face ao mês homólogo do ano anterior (+3,3%). O número de hóspedes em estabelecimento hoteleiro teve também uma variação positiva em ambos os momentos de referência, tal como o número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (+ 27,5% relativamente a Junho e + 12,1% relativamente a Julho de 2013).

Esta situação pode significar uma tendência para um aumento do número de hóspedes e uma permanência mais longa na região, tendo em conta que as variações face ao mês anterior também se devem a questões de sazonalidade.

**Variáveis de Conjuntura - Habitação construção**

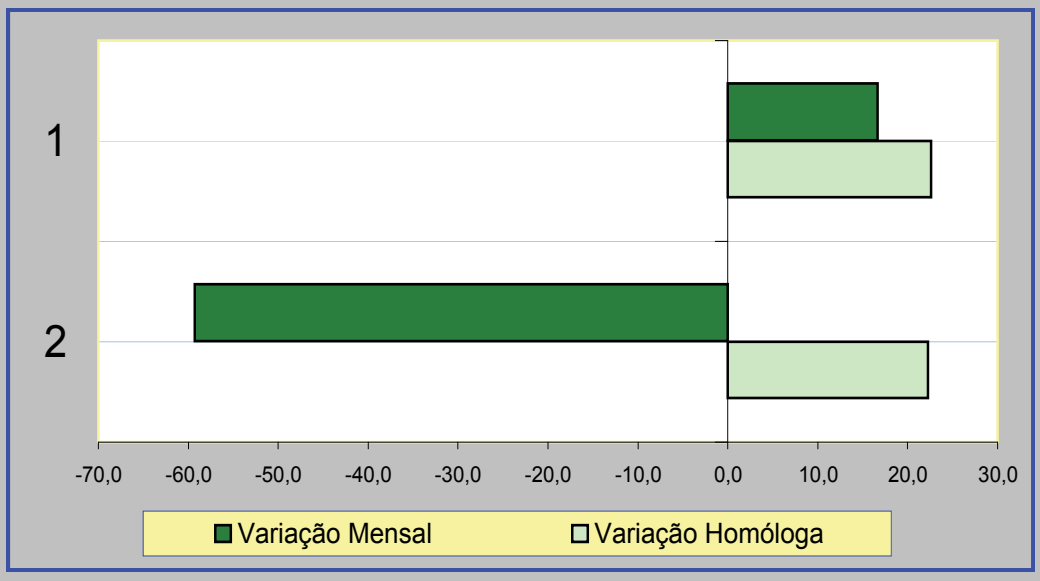
| | | Variáveis | Julho de 2014 | Junho de 2014 | Variação Mensal | Junho de 2013 | Variação Homóloga |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Habitação construção | 1 | Valores médios de avaliação bancária (€/ m²) dos alojamentos | 880 | 866 | 1,6 | 884 | -0,5 |
| | 2 | Índice de preços de manutenção e reparação regular da habitação (Base - 2000) | 137,97 | 137,78 | 0,1 | 138,01 | 0,0 |
| | 3 | Fogos licenciados (N.º) em construções novas para habitação familiar | 25 | 31 | -19,4 | 51 | -51,0 |
| | 4 | Edifícios licenciados (N.º) | 87 | 98 | -11,2 | 133 | -34,6 |




No que se refere **à habitação e construção** é de destacar a manutenção do *Índice de preços de manutenção e reparação regular da habitação* (Base - 2000) que se vem mantendo em cerca de 138.
Já o nº de *Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar e o nº de edifícios licenciados* têm uma variação negativa face ao mês de Junho e ainda mais acentuada face ao mês homólogo do ano anterior (- 51% e -34,6% para cada uma destas variáveis, respectivamente). Esta variação acentuadamente negativa perde relevância porquanto se refere a pequenos números (o nº de fogos licenciados passou de 51 em Julho de 2013 para 25 em Julho de 2014 e o nº de edifícios licenciados passou de 133 para 87, respectivamente). Já o valor médio da avaliação bancária dos alojamentos passou de 866€/m2 em Junho para 880€/m2 em Julho de 2014, sendo de 884€/m2 em Julho de 2013, pelo que não sofreu variação relevante durante o último ano.

**Variáveis de Conjuntura - Sociedades**

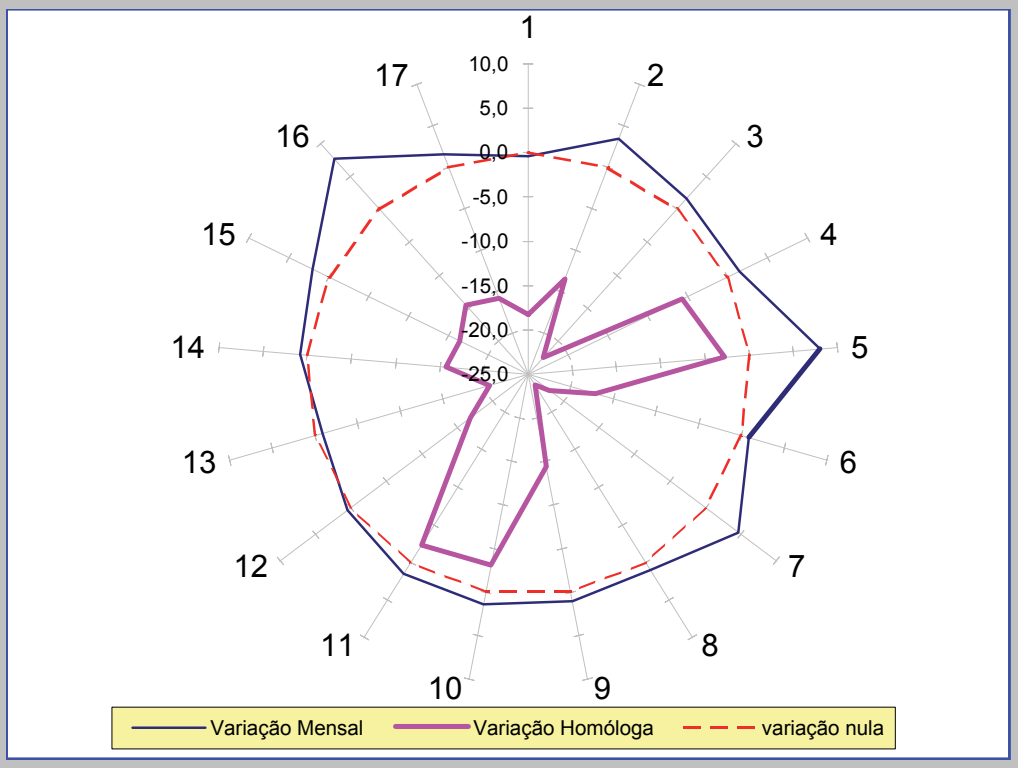
| | | Variáveis | Julho de 2014 | Junho de 2014 | Variação Mensal | Junho de 2013 | Variação Homóloga |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Sociedades | 1 | Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º) | 168 | 144 | 16,7 | 137 | 22,6 |
| | 2 | Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º) | 44 | 108 | -59,3 | 36 | 22,2 |




Ao analisarmos os valores relativamente às **sociedades**, destaca-se o facto de quer o número de constituição de pessoas colectivas e entidades equiparadas, quer o número de dissolução de pessoas colectivas e entidades equiparadas, terem uma variação positiva face ao mês homólogo do ano passado (+22,6% e + 22,2%, respectivamente), apesar desta última variável apresentar uma variação acentuadamente negativa face ao mês anterior (-59,3%).

**Desempregados inscritos Serviços de Emprego**

| Desempregados inscritos Serviços de Emprego | | | Julho de 2014 | Junho de 2014 | Variação Mensal | Julho de 2013 | Variação Homóloga |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Género | 1 | Homens | 18129 | 18207 | -0,4 | 22189 | -18,3 |
| | 2 | Mulheres | 20287 | 19624 | 3,4 | 23458 | -13,5 |
| Tempo de inscrição | 3 | < 1 Ano | 21346 | 20999 | 1,7 | 27538 | -22,5 |
| | 4 | 1 Ano E + | 17070 | 16832 | 1,4 | 18109 | -5,7 |
| Situação face emprego | 5 | 1º Emprego | 4081 | 3781 | 7,9 | 4200 | -2,8 |
| | 6 | Novo Emprego | 34335 | 34050 | 0,8 | 41447 | -17,2 |
| Grupo Etário | 7 | < 25 Anos | 5059 | 4835 | 4,6 | 6482 | -22,0 |
| | 8 | 25 - 34 Anos | 8437 | 8357 | 1,0 | 11041 | -23,6 |
| | 9 | 35 - 54 Anos | 17651 | 17470 | 1,0 | 20622 | -14,4 |
| | 10 | 55 Anos e + | 7269 | 7169 | 1,4 | 7502 | -3,1 |
| Nível Escolar | 11 | < 1º Ciclo Ensino Básico | 3048 | 3004 | 1,5 | 3122 | -2,4 |
| | 12 | 1º Ciclo Ensino Básico | 7288 | 7257 | 0,4 | 8768 | -16,9 |
| | 13 | 2º Ciclo Ensino Básico | 5822 | 5878 | -1,0 | 7322 | -20,5 |
| | 14 | 3º Ciclo Ensino Básico | 8160 | 8101 | 0,7 | 9678 | -15,7 |
| | 15 | Secundário | 9601 | 9411 | 2,0 | 11494 | -16,5 |
| | 16 | Superior | 4497 | 4180 | 7,6 | 5263 | -14,6 |
| | **17** | **Total** | **38416** | **37831** | **1,5** | **45647** | **-15,8** |




No entanto, é de salientar que estamos perante variações de pequenos números, o que diminui a relevância das mesmas.

O número de **desempregados inscritos nos centros de emprego** em Julho diminuiu em 15,8% face ao mês homólogo do ano anterior, apesar de ter aumentado em 1,5% face ao mês de Junho.

Do número de desempregados inscritos em Julho (38416), assumem maior relevância os que têm o Ensino Secundário, seguidos dos que têm o 3º ciclo e o 1º ciclo do ensino básico. Os que têm um nível habilitacional inferior ao 1º ciclo do ensino básico e os que têm ensino superior são os que apresentam menores valores. Esta estrutura do nível escolar da população desempregada vem-se mantendo, verificando-se, na generalidade, variações negativas face ao mês homólogo e positivas face ao mês anterior, com excepção dos desempregados inscritos com o 2º ciclo do ensino básico que diminuíram em 1%. Foi o número de desempregados com ensino superior, o que mais aumentou face ao mês de Junho.

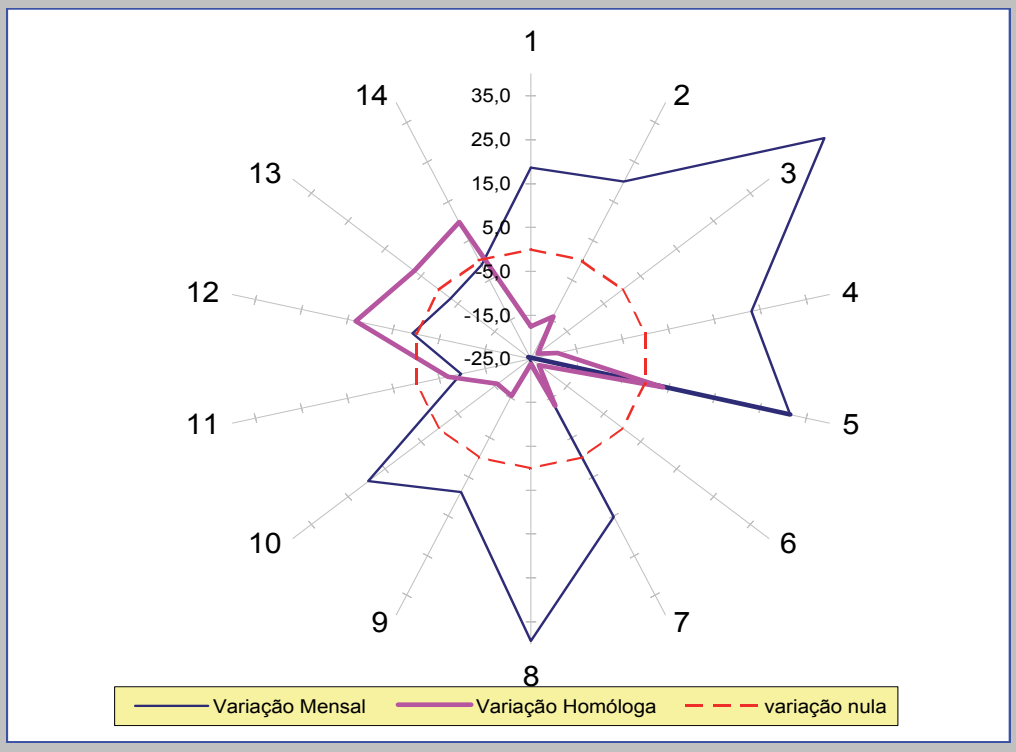
O grupo etário dos 35-54 anos é o grupo onde se verifica um maior número de desempregados inscritos (o que é previsível, dado abranger o grupo mais alargado da população activa), assumindo ainda relevância os desempregados que procuram novo emprego. Do número de desempregados inscritos em Julho, cerca de 56% está inscrito há menos de um ano e cerca de 53% são mulheres. O número de homens desempregados tem uma variação negativa quer face ao mês homólogo, quer ao mês de Junho enquanto o número de mulheres, apesar de ter tido uma variação negativa de 13,5% face ao mês homólogo do ano anterior, verificou-se uma variação positiva de 3,4% quando comparado com o mês de Junho. Assim, os valores apresentados revelam que os desempregados menos escolarizados, os que estão na faixa etária dos 35-54 anos, aqueles que procuram um novo emprego, os inscritos nos centros de emprego há menos de um ano e as mulheres, são os que apresentam uma situação mais desfavorável face ao emprego.

Durante o mês de Julho, inscreveram-se nos centros de emprego 2573 mulheres e 2274 homens, o que correspondeu a +20,1% e + 18,6%, respectivamente, relativamente às inscrições feitas no mês de Junho, apesar destas variações terem assumido valores negativos (-14,3% e - 17,5%), quando comparadas com as de Julho de 2013.

Cerca de 50% destas inscrições deveram-se a fim de trabalho não permanente e só 1,3% se deveu a despedimento por mútuo acordo, sendo que cerca de 3% despediu-se e a mesma proporção perdeu o trabalho por conta própria. Esta situação revela alguma precariedade nas relações laborais.

**Desempregados inscritos nos mês, Ofertas e Coloçações nos Serviços de Emprego**

| Desempregados inscritos Serviços de Emprego | | | Julho de 2014 | Junho de 2014 | Variação Mensal | Julho de 2013 | Variação Homóloga |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Desempregados inscritos | 1 | Homens | 2274 | 1917 | 18,6 | 2758 | -17,5 |
| | 2 | Mulheres | 2573 | 2143 | 20,1 | 3004 | -14,3 |
| Motivos de inscrição | 3 | Ex-Inactivos | 718 | 463 | 55,1 | 934 | -23,1 |
| | 4 | Despedido | 509 | 414 | 22,9 | 630 | -19,2 |
| | 5 | Despediu-se | 138 | 105 | 31,4 | 133 | 3,8 |
| | 6 | Despedimento por mútuo acordo | 61 | 82 | -25,6 | 79 | -22,8 |
| | 7 | Fim trabalho não permanente | 2412 | 2095 | 15,1 | 2775 | -13,1 |
| | 8 | Trabalho por conta própria | 138 | 99 | 39,4 | 181 | -23,8 |
| | 9 | Outros motivos | 868 | 798 | 8,8 | 1028 | -15,6 |
| | **10** | **Total** | 4847 | 4060 | 19,4 | 5762 | -15,9 |
| Ofertas | 11 | Recebidas | 1182 | 1310 | -9,8 | 1269 | -6,9 |
| Colocações | 12 | Homens | 414 | 411 | 0,7 | 366 | 13,1 |
| | 13 | Mulheres | 439 | 453 | -3,1 | 411 | 6,8 |
| | **14** | **Total** | **853** | **864** | **-1,3** | **777** | **9,8** |




Enquanto o número de inscritos totalizou 4847, **as ofertas de trabalho** recebidas nos centros de emprego chegaram somente a 1142, tendo sido preenchidas só 853. As ofertas de trabalho diminuíram face ao mês homólogo do ano anterior e face ao mês de Junho, enquanto as colocações tiveram variação positiva de quase 10% face a Julho de 2013, apesar de negativa face ao mês de Junho. As colocações dos homens foram mais favoráveis que as das mulheres. Apesar do número de ofertas de trabalho representar só 24% do número de inscritos, verifica-se que nem todos os lugares oferecidos foram preenchidos, o que pode significar um desajuste entre a procura e a oferta de trabalho, quanto ao perfil dos trabalhadores ■

## Tema em destaque

# PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALENTEJO 2014 - 2020

### ENQUADRAMENTO

O Programa Operacional Regional do Alentejo para o período 2014-2020 ('Alentejo 2020') é o resultado do trabalho desenvolvido com a colaboração e parceria empenhada dos agentes regionais representativos das diferentes dimensões política, económica, social, ambiental e associativa.

O facto novo deste Programa acolher um mecanismo de programação multifundos (FEDER e FSE), permite uma maior densificação e complementaridade dos financiamentos contribuindo de forma determinante para a concretização da Estratégia Regional e das Prioridades de Intervenção Regional no horizonte 2020.

No final deste ciclo, o PO deverá ter-se constituído como um contributo decisivo para um Alentejo mais qualificado, inovador e coeso, com um desenvolvimento suportado no acréscimo da competitividade das pequenas e médias empresas, na criação de riqueza e de postos de trabalho qualificados e em que os grandes empreendimentos já existentes na região se constituam como ancoras consolidadas.

Estas novas oportunidades permitirão afirmar o Alentejo como um território distinto e autêntico, social e ambientalmente responsável, mais atrativo, mais competitivo e com mais e melhor emprego.

### ESTRUTURA

O **POR 'Alentejo 2020'** constitui-se como o principal instrumento financeiro ao dispor da região para implementação da Estratégia de Desenvolvimento Regional para o período 2014-2020, complementado por outros instrumentos financeiros que integram o 'Portugal 2020'.

Encontra-se estruturado em 10 Eixos Prioritários, articulados entre si segundo uma lógica de intervenção organizada em torno de domínios temáticos, convergentes e coerentes com os objetivos e metas da estratégia de crescimento da União Europeia – Estratégia Europa 2020.

| Eixos Prioritários: | Domínios Temáticos |
|---|---|
| 1\|Competitividade e Internacionalização das PME (FEDER) | Competitividade e Internacionalização<br>Eixos 1, 3 e 9 |
| 2\|Ensino e Qualificação do Capital Humano (FSE/FEDER) | Capital Humano<br>Eixo 2 |
| 3\|Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (FEDER) | |
| 4\|Desenvolvimento Urbano Sustentável (FEDER) | Inclusão Social e Emprego<br>Eixos 5 e 6 |
| 5\|Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos (FSE/FEDER) | |
| 6\|Coesão Social e Inclusão (FSE/FEDER) | |
| 7\|Eficiência Energética e Mobilidade (FEDER) | Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos<br>Eixos 4, 7 e 8 |
| 8\|Ambiente e Sustentabilidade (FEDER) | |
| 9\|Capacitação Institucional e Modernização Administrativa (FSE/FEDER) | |
| 10\|Assistência Técnica (FEDER) | |

Este conjunto de **10 Eixos Prioritários** deverá enquadrar operações relevantes para a concretização de objetivos-macro e específicos do PO, os quais deverão beneficiar também de intervenções complementares para a Região com enquadramento nos PO Temáticos de âmbito nacional (Competitividade e Internacionalização, Capital Humano, Inclusão Social e Emprego, Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) e nos Programas de Desenvolvimento Rural e do Mar.
O POR dirige-se a um leque muito diversificado de **beneficiários**, ajustado às diferentes tipologias de intervenção, com destaque para o setor empresarial regional; entidades do sistema de I&I; entidades da Administração Pública Desconcentrada; Autarquias Locais e Comunidades Intermunicipais; estabelecimentos de ensino e de formação; entidades setoriais de âmbito regional; entidades da economia social; Associações e outras entidades sem fins lucrativos; Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local.

## EIXOS PRIORITÁRIOS

### EIXO 1 | Competitividade e Internacionalização das PME

Visa fundamentalmente o estímulo ao empreendedorismo qualificado e criativo e à competitividade das PME, sustentados e em articulação com as intervenções previstas no Eixo 3, em matéria de desenvolvimento e consolidação do sistema regional de investigação e inovação (I&I) e de promoção da transferência e da valorização económica do conhecimento científico e tecnológico.
No âmbito do desenvolvimento empresarial, o foco das intervenções incidirá sobre a melhoria das condições regionais e o apoio direto às PME em matéria de internacionalização, como o conhecimento e acesso a mercados ou a promoção da visibilidade e do reconhecimento internacional do valor dos produtos e dos serviços regionais.
Os investimentos a realizar deverão estar alinhados, preferencialmente, com os domínios de especialização produtiva, definidos na Estratégia Regional de Especialização Inteligente.

### EIXO 2 | Capital Humano

Tem como principal objetivo elevar o nível médio de qualificações da população da região, incidindo as intervenções em vertentes como a promoção da igualdade de acesso à educação, a redução do abandono escolar precoce, a qualidade do sistema de educação/formação e o aumento das qualificações profissionais e de nível superior.
Atuando em complementaridade com os Eixos 1, 3, 5 e 9, as intervenções previstas visam contribuir para afirmar o Alentejo como uma Região de conhecimento, estimulando uma economia que privilegia a inovação e o emprego qualificado e promover um melhor ajustamento entre as qualificações produzidas e as procuradas pelo mercado de trabalho de forma a melhorar as perspetivas de empregabilidade.
O investimento a realizar neste Eixo reveste-se de um caráter integrado, pelo que serão ainda apoiadas intervenções em infraestruturas e equipamentos educativos e de formação profissional, indispensáveis à prossecução da qualidade da educação/formação.

## EIXO 3 | Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Pretende-se estimular a participação dos atores regionais de I&D em projetos de investigação científica de excelência e uma melhoria substancial ao nível da articulação entre as entidades de I&D e o setor empresarial regional, em áreas com potencial de inovação e de transferência e valorização económica do conhecimento para a região.

O apoio comunitário contribuirá para dinamizar de modo sustentável a transferência de conhecimento entre os centros de saber e a sociedade, designadamente no âmbito do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT), conjuntamente com o acréscimo do investimento empresarial em I&D, como meios de alavancar o crescimento económico da região com base em inovação e conhecimento.

No âmbito deste Eixo, também deverá ser promovido o reforço das estratégias de cooperação empresarial e de clusterização na região, no quadro das prioridades identificadas na Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (nacional e regional), atuando ao nível da melhoria da capacitação das PME e da promoção de iniciativas de eficiência coletiva ao nível regional para o prosseguimento de estratégias de negócio mais inovadoras e avançadas.

Para aumentar a capacidade competitiva da região, serão apoiados os investimentos empresariais inovadores de grande dimensão a concretizar na região, com significativos efeitos de arrastamento.

Os investimentos a realizar deverão estar alinhados (total ou preferencialmente) com os domínios de especialização produtiva, definidos na Estratégia Regional de Especialização Inteligente.

## EIXO 4 | Desenvolvimento Urbano Sustentável

Neste Eixo serão promovidas Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentado (AIDUS), materializado através de intervenções integradas dirigidas à regeneração e revitalização urbana, tendo como quadro de referência os Centros Urbanos de nível superior (Regionais e Estruturantes) previstos nos PROT do Alentejo e do Oeste e Vale do Tejo.

Numa lógica de complementaridade, este Eixo tem enfoque na regeneração e revitalização urbana (território) e nas comunidades desfavorecidas aí residentes (pessoas) e integra também a componente da eficiência energética na habitação, edifícios públicos e equipamentos.

As ações a financiar incidirão na regeneração e valorização de áreas construídas, na qualificação de espaços públicos, na reabilitação de habitação e no fomento de novas funções urbanas em áreas obsoletas ou em risco, bem como na mobilidade e acessibilidades, visando a redução das emissões de gases com efeito de estufa e o incremento dos modos suaves de deslocação.

### EIXO 5 | Emprego e valorização económica dos Recursos Endógenos

Tem como principais objetivos a promoção da empregabilidade e o reforço da criação e da manutenção de emprego sustentável, incluindo a elevação do nível de qualificação e de competências do capital humano empresarial, por via do apoio à contratação de pessoal altamente qualificado e da formação para a inovação e para a melhoria das capacidades de gestão dos empresários, associada a projetos de investimento financiados no âmbito do Eixo 1.

As intervenções previstas no âmbito deste Eixo abrangem medidas de apoio ao empreendedorismo, incluindo a dinamização de ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo e a criação e manutenção do emprego, em contextos associados ao aproveitamento de oportunidades económicas e de negócio, com enfoque nos recursos endógenos.

### EIXO 6 | Coesão Social e Inclusão

Este Eixo integra apoios à aplicação integrada de medidas de promoção e dinamização do combate à pobreza, de promoção da empregabilidade por via do emprego e do investimento, de apoio à inclusão social e de intervenções em equipamentos sociais. Nos domínios da inclusão social e do combate à pobreza, este Eixo apoia também a adequação dos equipamentos da coesão local (saúde e ação social) a novas respostas, enquanto oportunidade de estabelecimento de redes entre os territórios rurais e os centros urbanos.

Evidenciam-se igualmente as iniciativas que visam a inovação social, a inserção no mercado de trabalho de ativos desempregados e os investimentos na consolidação da rede de equipamentos e de qualificação dos serviços sociais e de saúde, bem como a implementação de operações de regeneração urbana destinadas a territórios desfavorecidos do ponto de vista económico e social.

Em termos territoriais, privilegia-se uma abordagem da intervenção social em contexto de estratégias locais do desenvolvimento, assentes em parcerias locais, que promovam a combate à pobreza e exclusão social alicerçadas na rentabilização dos recursos dos espaços rurais e nas potencialidades das comunidades locais, através do instrumento regulamentar “Desenvolvimento Local de Base Comunitária”.

## EIXO 7 | Eficiência Energética e Mobilidade

Com este Eixo pretende-se incrementar a eficiência energética no funcionamento das empresas da região, por via da adoção de medidas de racionalização no processo produtivo, da opção por fontes de energia renováveis e da redução nos impactes ambientais.

As ações a implementar abrangerão também a diversificação de fontes de energia e a redução de consumos energéticos na administração local, nomeadamente em edifícios, equipamentos e iluminação pública e no setor da habitação social.

Em termos de mobilidade urbana, este Eixo enquadra um conjunto de ações orientadas para a mobilidade mais sustentável, visando essencialmente a redução da intensidade energética e o aumento da quota dos transportes públicos e dos modos suaves de deslocação, tendo como quadro de referência os Centros Urbanos Complementares previstos nos PROT do Alentejo e do Oeste e Vale do Tejo.

## EIXO 8 | Ambiente e Sustentabilidade

Neste Eixo, as intervenções visam o desenvolvimento urbano sustentável, materializado através de ações integradas dirigidas à regeneração e revitalização urbana, tendo como quadro de referência os Centros Urbanos Complementares previstos nos PROT do Alentejo e do Oeste e Vale do Tejo.

As ações a apoiar têm como objetivo qualificar os centros urbanos complementares e incidirão na regeneração e valorização de áreas construídas, na qualificação de espaços públicos, na reabilitação de habitação e no fomento de novas funções urbanas em áreas obsoletas ou em risco.

Pretende-se promover também a preservação do património cultural e natural e das amenidades do território enquanto mais-valias ambientais e instrumentos de atratividade de novos residentes, visitantes e investimentos, contribuindo para afirmar a região como destino turístico de excelência.

## EIXO 9 | Capacitação Institucional e Modernização Administrativa

Este Eixo prevê intervenções coerentes e integradas, que associem a qualificação de recursos humanos e a melhoria da eficiência processual aos desafios de modernização e inovação e de aumento da disponibilidade e proximidade dos serviços públicos, designadamente por via da utilização eficiente das TIC e das novas tecnologias.

Centrado nas necessidades e desafios específicos que se colocam à Administração Local e aos serviços da Administração Central Desconcentrada, visa a melhoria da qualidade da prestação de serviços públicos, nomeadamente ao nível da integração e interoperabilidade entre as várias plataformas existentes e em complementaridade com a qualificação e melhoria de competências dos trabalhadores que exercem funções públicas.

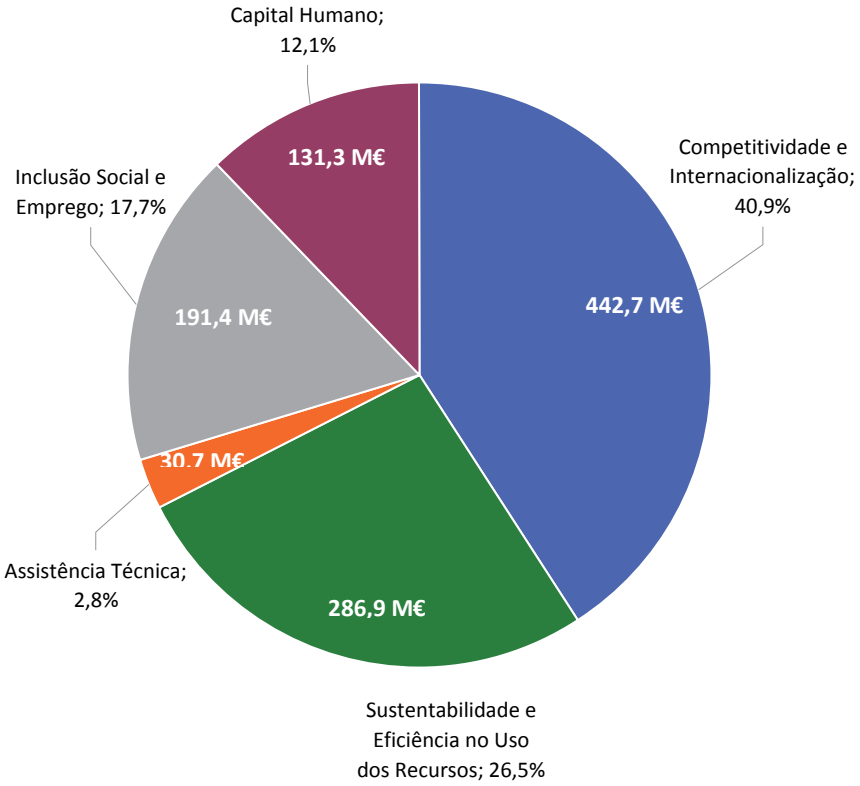
## EIXO 10 | Assistência Técnica

O principal objetivo deste Eixo é financiar a atividade desenvolvida pela Autoridade de Gestão do 'Alentejo 2020', enquanto entidade responsável pela gestão, acompanhamento e execução do Programa, com competências em matéria de seleção e verificação da regularidade das operações a financiar, operacionalidade do sistema de informação e gestão, elaboração e implementação do plano de comunicação e desenvolvimento de atividades de monitorização e avaliação.

Inclui ainda o financiamento de ações de capacitação e qualificação da procura de financiamentos, bem como a dinamização, acompanhamento e monitorização dos processos de planeamento estratégico subjacentes à implementação regional do Portugal 2020, nomeadamente da Estratégia Regional de Especialização Inteligente.

## DOTAÇÃO FINANCEIRA

O Alentejo 2020 dispõe de uma dotação global de 1082,9 Milhões de Euros, dos quais 898,2 Milhões de Euros do FEDER e 184,7 Milhões de Euros do FSE, com a seguinte distribuição por Eixos Prioritários:




| Eixos Prioritários | FEDER | FSE | Total | % |
|---|---|---|---|---|
| Eixo 1\|Competitividade e Internacionalização das PME | 363,5 | 0 | 363,5 | 33,6 |
| Eixo 2\|Ensino e Qualificação do Capital Humano | 41,9 | 89,5 | 131,3 | 12,1 |
| Eixo 3\|Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação | 67,9 | 0 | 67,9 | 6,3 |
| Eixo 4\|Desenvolvimento Urbano Sustentável | 126,9 | 0 | 126,9 | 11,7 |
| Eixo 5\|Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos | 23,6 | 58,3 | 81,9 | 7,6 |
| Eixo 6\|Coesão Social e Inclusão | 76,7 | 32,7 | 109,4 | 10,1 |
| Eixo 7\|Eficiência Energética e Mobilidade | 102,9 | 0 | 102,9 | 9,5 |
| Eixo 8\|Ambiente e Sustentabilidade | 57,1 | 0 | 57,1 | 5,3 |
| Eixo 9\|Capacitação Institucional e Modernização Administrativa | 7,1 | 4,2 | 11,3 | 1 |
| Eixo 10\|Assistência Técnica | 30,7 | 0 | 30,7 | 2,8 |
| **Total** | **898,2** | **184,7** | **1.082,90** | **100** |

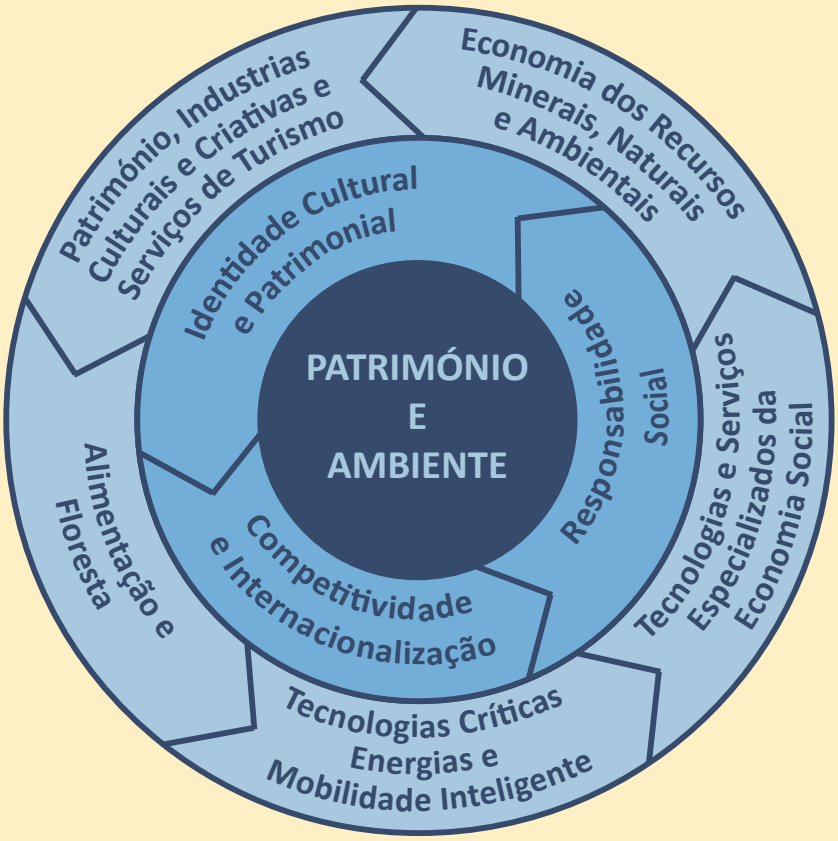
Esta repartição financeira atribui mais de metade dos recursos às intervenções relacionadas com a competitividade, o capital humano e o conhecimento, através dos apoios às atividades de natureza económico-empresarial (Eixo 1) e às vertentes das competências e da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (Eixos 2 e 3).
Mais de um quarto do montante global do POR está alocado ao Desenvolvimento Sustentável (Eixos 4, 7 e 8), com integração coerente de algumas intervenções em matéria de qualificação do sistema urbano regional e de valorização das amenidades do território, vetores emblemáticos da visão estratégica para o Alentejo.
A promoção do emprego e da inclusão social e combate à pobreza constitui outra vertente relevante na dotação do POR (Eixos 5 e 6), com cerca de um sexto dos recursos orientado para os apoios às situações de precariedade social e laboral, que limitam o potencial de desenvolvimento regional.

## ESTRATÉGIA REGIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE

A Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (EREI), é uma das componentes fundamentais da estratégia de desenvolvimento definida para a Região e visa a definição do seu perfil de especialização produtiva, através da identificação de características e ativos singulares e de vantagens competitivas que possam ser mobilizados para potenciar o seu crescimento económico.
No âmbito do 'Alentejo 2020' estas prioridades de especialização constituirão condições de elegibilidade ou condições preferenciais para o financiamento de operações em diversas áreas de intervenção do Programa, com especial incidência nos domínios temáticos da Competitividade e Internacionalização e do Capital Humano.

### PRIORIDADES PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE

- **Alimentação e Floresta**
- **Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais**
- **Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo**
- **Tecnologias Críticas, Energias e Mobilidade Inteligente**
- **Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social**



## ABORDAGENS INTEGRADAS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O POR dá relevância ao desenvolvimento de abordagens territoriais integradas para valorizar o adequado enquadramento estratégico das intervenções no território, reconhecendo o papel determinante dos Municípios na territorialização das políticas públicas e no processo de desenvolvimento económico e social da região.

Este novo paradigma reforça a coerência e a articulação das intervenções sub-regionais e possibilita a promoção da competitividade empresarial, no quadro dos mecanismos de governação da Estratégia Regional de Especialização Inteligente e do mérito territorial dos projetos apresentados aos sistemas de incentivos.

No Alentejo serão prosseguidas as seguintes abordagens territoriais integradas:

1. **Estratégias integradas de desenvolvimento territorial**, definidas ao nível de NUT III, ou agrupamento de NUT III contíguas e dinamizadas pelas Comunidades Intermunicipais (CIM), em articulação com os restantes atores relevantes.

2. **Investimentos Territoriais Integrados (ITI)**, assentes na celebração de pactos para o desenvolvimento e coesão territorial coerentes com as estratégias integradas de desenvolvimento, nos territórios correspondentes às NUTS III (Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo) e dinamizados pelas CIM.
   A possibilidade, de caráter excepcional, de concretizar ITI noutras configurações territoriais ou temática, poderá ser analisada durante a execução do PO, sendo que as decisões a tomar serão ponderadas em função dos resultados a obter e da eficiência das intervenções propostas.

3. **Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentado (AIDUS)**, materializadas através de planos estratégicos integrados de desenvolvimento urbano, em centros urbanos de nível superior incluidos no Eixo 4 do POR, propostos pelas autoridades urbanas, garantindo uma abordagem coerente e focalizada e uma adequada articulação com os instrumentos de ordenamento do território e as restantes abordagens territoriais previstas no Acordo de Parceria.

4. **Planos de mobilidade urbana sustentável (PMU)** ao nível NUT III.

5. **Planos de ação integrados para a comunidade desfavorecida** aplicáveis em centros urbanos de nível superior e centros urbanos complementares.

6. **Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)**, corresponde à materialização das estratégias de desenvolvimento local (EDL) que se pretendem integradas e multissetoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destina a responder aos objetivos e necessidades de um território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em GAL. Na NUT III Alentejo Litoral haverá também uma DLBC costeira que terá por base as comunidades piscatórias das áreas estuarinas.

7. **Pactos Territoriais para a Empregabilidade**, promovidos por CIM, com o objetivo de promover uma melhor adequação das respostas ao nível das medidas ativas de emprego e formação profissional, sendo coerentes com o Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social a nível regional (NUT II) ■

## Opinião

# A CULTURA, "ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE" DO DESENVOLVIMENTO

Teatro Garcia de Resende - Évora

O jogo de palavras proposto no título deste curto texto foi-nos sugerido pelo lugar que, na estratégia comunicada pela União Europeia, é dado à cultura, considerada como uma dimensão indispensável para se ultrapassar uma concepção apenas economicista do desenvolvimento.

O objectivo que daria lugar à Estratégia de Lisboa estabelecia, no ano 2000, a ambiciosa meta de tornar a União Europeia na economia mais dinâmica e competitiva do mundo, baseada no conhecimento e garantindo uma maior coesão social e um crescimento económico sustentável. O sector da Cultura foi neste quadro assumido pela União Europeia como essencial para atingir as metas estabelecidas, uma vez que lhe eram já então atribuídos, na sequência de considerações da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), fortes influências na criação de riqueza e contributos significativos na competitividade, no emprego, na inovação.

A cultura foi no início do milénio efectivamente reconhecida ao mais alto nível da estratégia europeia como uma dimensão que poderia influenciar positivamente o desenvolvimento económico das regiões.

Apesar de todas estas considerações estratégicas ao longo sobretudo da última década, no quadro da União, sobre a economia da cultura e o seu significado para o desenvolvimento das regiões europeias, a influência da actividade cultural no desenvolvimento das comunidades tem sido, em Portugal, estudada de forma bastante lacunar ou apenas esporadicamente através de análises qualitativas.

Com a consciência crescente na Europa de que o desenvolvimento deve dar mais atenção ao capital humano do que aos bens, a cultura começou de facto a desempenhar papel mais relevante no processo do desenvolvimento europeu, ultrapassando uma concepção puramente economicista desse mesmo desenvolvimento.

O significado de Cultura tem no entanto uma panóplia de possibilidades e nos últimos anos, com o documento *Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado*, tem sido seguida pela estratégia política europeia uma dualidade de sentidos. Por um lado um sentido que apela para uma visão mais funcional do termo, no sentido em que a cultura é vista através das actividades que envolvem a criatividade na sua produção que geram e comunicam significados e na generalidade tem autoria e propriedade intelectual (música, teatro, comunicação, audiovisual, literatura, etc). A dimensão antropológica da cultura, aponta por outro lado para um conjunto de valores que determinam visões do mundo e costumes, essenciais ao funcionamento das comunidades ou sociedades, que variam no tempo com a respectiva transmissão geracional. Este conjunto de valores de base antropológica integra o conceito de capital cultural que justamente e segundo a Comissão não deve ser consumido, antes transmitido, por se tratar de um factor fundamental no desenvolvimento humano e no complexo tecido das identidades e dos hábitos dos indivíduos e das comunidades. A sua sustentabilidade é exactamente o garante do próprio desenvolvimento económico equilibrado e harmonioso.

Com o intuito de tornar mais operacional a assumpção do sentido polissémico do termo cultura, o documento da Comissão *The Economy of Culture in Europe estabeleceu em 2006* o conceito abrangente de cultura que inclui sectores não industriais (que englobam bens e serviços não reproduzíveis como as artes visuais, performativas, de representação e o património); sectores industriais (bens culturais produzidos para disseminação em massa como a imrensa, os jogos, os vídeos, o cinema, a música a edição bibliográfica ); sectores criativos (bens não culturais finais mas onde está patente a criatividade e a inovação como é o caso da publicidade, do design, da arquitectura.

Estamos portanto numa dualidade que considera por um lado cada vez mais a cultura um factor decisivo para o desenvolvimento sendo a sua economia assumida como uma dimensão inultrapassável nos processos de desenvolvimento das regiões europeias e que, por outro lado, aponta uma dimensão de valores estruturantes e garantes das identidades que formam a Europa e a sua riqueza. Esta realidade que tem vindo a ser desenvolvida na visão europeia para a cultura, conduz a que os serviços públicos a ela ligados nos estados da União e no caso de Portugal em particular tenham que encontrar um equilíbrio, por vezes difícil, entre o que se produz e se consome e o que não se reproduz e se deve conservar e salvaguardar.

Forte da Graça - Elvas

Por outro lado a garantia constitucional do acesso à cultura transposta para a nossa bateria legislativa ligada às actividades culturais em sentido lato, e o direito dos cidadãos ao seu património cultural criam por vezes situações de conflitos entre os vários interesses em presença que é preciso articular, compreender e ultrapassar nos diferentes contextos.

É neste tempo de mudanças, relativamente ao que eram visões tradicionais do significado e do papel da própria cultura, que temos que nos posicionar e trabalhar, nesse equilíbrio precário mas absolutamente vital para a continuidade cultural das nossas regiões, em paralelo com a sua evolução, construindo projectos fortes, âncoras para o nosso futuro comum.

A forte dimensão cultural e identitária da nossa região do Alentejo, assumida de resto de forma consensual por todos os seus intervenientes políticos, no sentido mais amplo, assenta sobretudo no valor do seu património cultural, entendido no seu sentido mais amplo e englobando as dimensões do património construído, do património imaterial, da construção de uma paisagem histórica única, de fusão de todas estas dimensões numa fonte de criatividade e até de atractividade para a arte e a criação contemporâneas. Existe efectiva-

mente uma transversalidade entre património cultural (incluo aqui o território e a paisagem) e a criação contemporânea  e esse é também do meu ponto de vista um capital cultural, no sentido empregue acima para este conceito, que devemos acarinhar e "regar" para que ele nos possa continuar a garantir o carácter diferenciador que sentimos mas que por vezes temos dificuldade em materializar e compreender de forma útil para o nosso futuro.

O conhecimento pode e deve ser um factor decisivo para a economia. A economia do conhecimento e da cultura, no sentido empregue pela ambiciosa agenda de Lisboa, tem no Alentejo e na realidade da sua cultura, terreno fértil para se desenvolver, sobretudo na óptica da designada especialização inteligente e que se constitui como uma das oportunidades mais diferenciadoras para a construção do nosso futuro próximo no ciclo estratégico 2020.

Temos um património classificado de importância nacional e internacional, reconhecida ao mais alto nível. Cidades e vilas de uma qualidade urbana, arquitectónica e artística notáveis e com um grau de protecção, de conservação e de salvaguarda muito acima de outras regiões do país e da Europa. O nosso território, a paisagem alentejana são em si mesmos o resultado de uma visão cultural, fundada em valores no sentido da visão antropológica da cultura atrás referida, que nos confere uma qualidade ambiental e estética comparável apenas às mais qualificadas regiões da Europa.

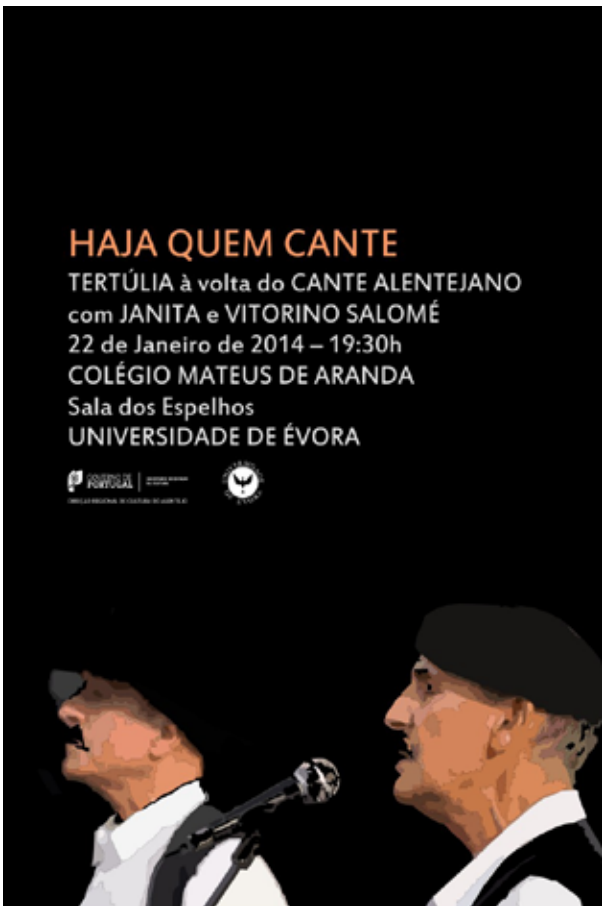
Esta realidade resultante de uma história determinada e de uma cultura específica comporta em si um conhecimento que sempre nos serviu para a economia da região. Sempre. Não há nenhuma razão para que não nos continue a servir, por maioria de razão numa altura da história em que por força da globalização que vivemos, o carácter diferenciador das regiões assume particular importância na competitividade.

Mosteiro de Santa Maria de Flor da Rosa (Monumento Nacional) e Pousada Flor da Rosa (Unidade Hoteleira) - Crato

O conhecimento ligado à cultura, que possuímos como capital cultural no Alentejo, vem-nos de uma ancestral ligação com a terra que poderemos perder se não a recuperarmos rapidamente. Essa ligação ancestral dá-nos por exemplo as competências de edificar que estão praticamente perdidas em toda a Europa. As técnicas e os materiais tradicionais de construção deram-nos um território especializado em beleza e equilíbrio da ligação do homem com a sua terra. Mais do que a sua conservação, trata-se de voltar a recuperar esse conhecimento e actualizá-lo, com a inovação que nos vem da investigação, para o futuro, de forma inteligente, especializada. Quer dizer uma *especialização inteligente* ligada ao que temos de único e que nos deve servir para o continuarmos a ser: únicos. Não é fazendo como e o que se faz em todo o lado que vamos conseguir ser diferentes. Pelo contrário, fazer o que nos diferencia e sempre nos diferenciou mas com a inteligência da sua actualização, inovando e progredindo, é um dos caminhos que pela cultura e pelo património poderemos trilhar nestes anos estratégicos até 2020.

A cooperação interinstitucional, as parcerias e o trabalho em rede, são expressões-chave nas dinâmicas para a construção do bem estar e da qualidade de vida nas nossas regiões. No Alentejo temos todas as condições para as utilizar efectivamente no nosso trabalho diário. Trabalhar com os outros. Sempre. Universidades, autarquias, comunidades intermunicipais, paróquias, misericórdias, fundações e associações, escolas, instituições públicas e privadas.

Não temos grande prática do trabalho em rede na área da Cultura mas abre-se uma nova oportunidade para que possamos aprender e beneficiar dessa dimensão humanizada e humanizadora.




A constituição de Redes para a programação cultural é algo a que também deveremos dar destaque neste novo ciclo que agora iniciamos no Alentejo, até 2020. As experiências bem sucedidas na Europa e até em Portugal, apesar de muito localizadas, ensinam--nos que programar em rede, programar com os outros, tem vantagens enormíssimas, para as economias dos programadores reduzindo muito os custos, para as comunidades implicadas, para a construção e manutenção de públicos, para a redução do espaço da política do gosto na programação cultural, que nas nossas regiões ainda se pratica muito acima da média europeia. Enfim programar em rede tem ainda por último mas não em último a vantagem, nada despicienda de contribuir de forma estruturada para um investimento sério no tecido cultural da região e dos seus agentes.

O diagnóstico cultural de uma região é um factor decisivo para a compreender do ponto de vista em que nela queremos intervir. Falamos de algo que nunca foi feito no Alentejo e que nos faz a falta de qualquer mapa que nos permite orientarmo-nos com segurança no terreno. Partindo de uma máxima do Professor Orlando Ribeiro segundo o qual deveríamos ir para o terreno, olhar e ver, contar e medir também no território cultural que temos à nossa frente é preciso *olhar e ver, contar e medir*. Só assim poderemos saber um pouco melhor o que deveremos fazer. Uma espécie de observatório das actividades culturais do Alentejo é precisa para nos informar as decisões e nos ajudar a reduzir o seu carácter subjectivo. É por isso necessário um conhecimento actualizado sobre o que fazemos e como fazemos na área da cultura no Alentejo. Também aqui a cooperação interinstitucional e o trabalho em rede são fundamentais.

Évora

Por último as parcerias. Desde logo com a CCDRA, um organismo determinante que felizmente incorpora a dimensão cultural do Alentejo no centro da sua visão estratégica para a região; com a Universidade de Évora, parceiro estratégico para a cultura nas suas diferentes áreas desde o património com os seus respectivos laboratórios e centros de investigação até à Escola de Artes com todas as dimensões da criação artística, passando pela investigação na área sociológica e económica importantíssima para um diagnóstico cultural; com as Comunidades intermunicipais, parceiros estratégicos para a aplicação séria e inteligente do próximo quadro na área da cultura e do património, com as autarquias, responsáveis directas da maior parte da nossa riqueza patrimonial e cultural, com as paróquias e as misericórdias detentoras do mais importante e significativo património religioso da nossa região, com as escolas, as associações e fundações e com as estruturas de criação artística, todas fundamentais para a construção do tecido cultural e da coesão social das nossas comunidades.

A Direcção Regional de Cultura do Alentejo está envolvida numa série de parcerias estratégicas e a trabalhar na constituição de outras tantas para que consigamos criar condições, no contexto específico que vamos iniciar, para uma melhoria da capacidade da nossa região no sentido de enfrentar o futuro com qualidade e com a perenidade que também nos vem da história e da cultura fortes que são as nossas.

Através das parcerias já estabelecidas ou em vias de o serem, conseguimos criar as condições para podermos avançar no sentido de uma especialização que consideramos inteligente e absolutamente estruturante, por exemplo, na área das técnicas e dos materiais tradicionais de construção e de todo o conhecimento inerente e potencial que podemos aproveitar para a competitividade da economia da recuperação e da regeneração urbana e patrimonial. É um projecto ambicioso e complexo mas contribuidor para o futuro inteligente da nossa terra e para salvaguarda do seu património, da sua paisagem histórica e cultural e do seu ambiente.

O diagnóstico cultural e sobretudo a sua regular actualização, são importantes para conhecermos o terreno que pisamos, Elaborá-lo ainda que com bastantes dificuldades, é tarefa que não podemos contornar, em nome dos princípios e do rigor que queremos para as intervenções.

O efectivo trabalho em rede sobretudo no domínio da programação cultural da região, que nos permita semear e colher uma comunidade mais formada e informada culturalmente, um tecido cultural mais forte e crítico, uma economia de escala mais amiga de quem tem a responsabilidade e a obrigação de fazer a programação e promover a oferta cultural da região.

Seleccionámos aqui três das linhas de intervenção, sucintamente apresentadas, que consideramos essenciais para conseguirmos cumprir a nossa missão com visão de futuro, com os nossos parceiros estratégicos, enquadrada no que são as opções também estratégicas para a região do Alentejo propostas e trabalhadas em conjunto com todos os agentes da região pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

A conjugação positiva de vontades em prol do bem comum e do interesse público que felizmente temos no Alentejo serão certamente determinantes para o sucesso da estratégia definida para a região na qual todos tivemos a oportunidade de participar ■

**Ana Paula Amendoeira**

*Agradeço à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo a gentileza do convite para participar nesta edição do seu Boletim.*

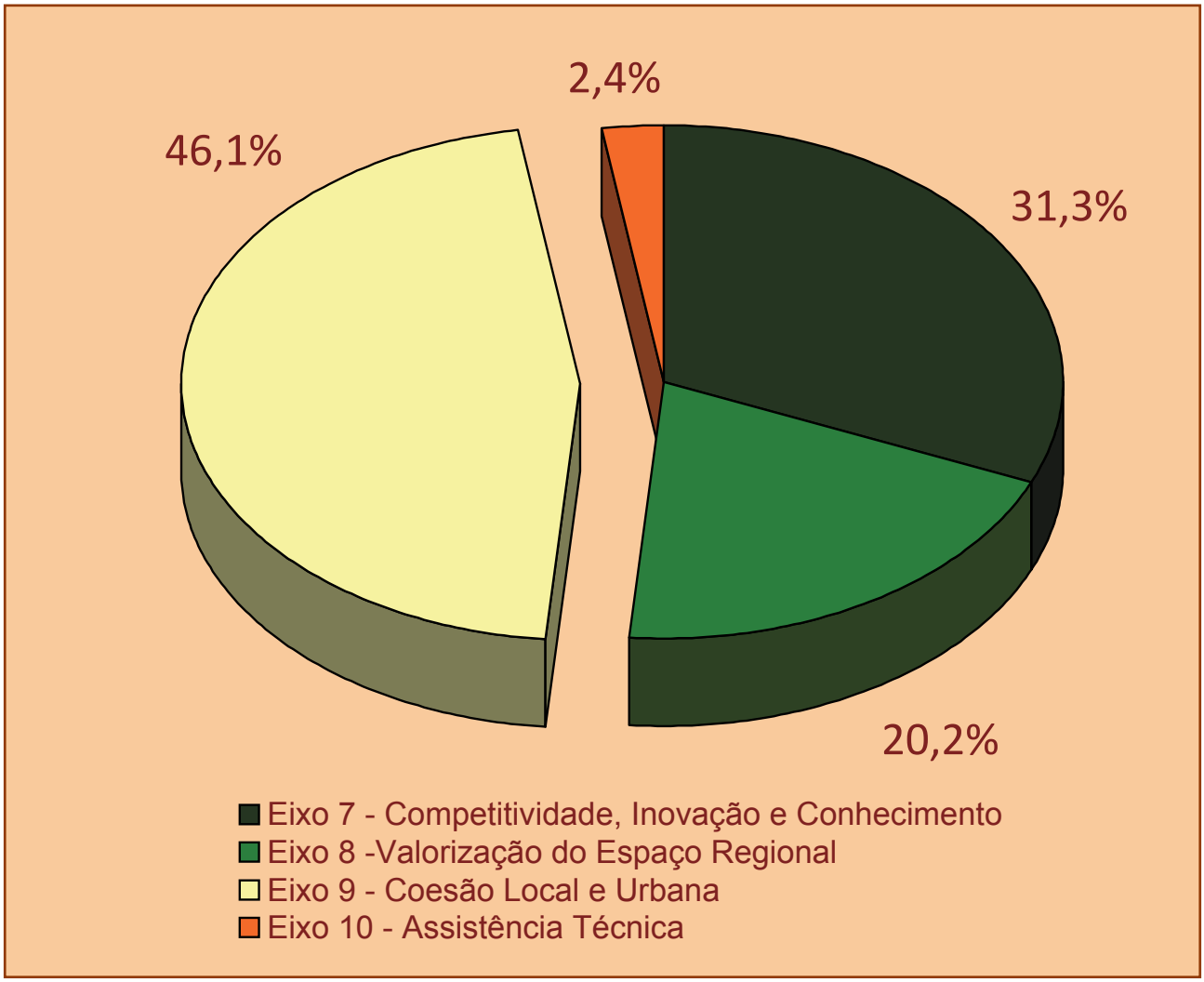
# Programa Operacional Regional - INALENTEJO

**Situação em 31-08-2014**

***O Fundo Aprovado, ao longo dos trimestres, vem mantendo o posicionamento relativo entre os eixos prioritários do Programa Operacional Regional.***

O volume do Fundo (FEDER), aprovado por eixo prioritário, mantém a coerência com a respectiva dotação e execução, pelo que dos 563,5 milhões de euros executados em 31 de Agosto no Programa Operacional (PO) Regional, 318,9 milhões estão afectos ao eixo 9 – Coesão Local e Urbana, a que corresponde cerca de 70,5% de Fundo executado. Este valor corresponde ainda a 535,8 milhões de euros de investimento elegível feito na região, no âmbito deste Programa.

**Fundo aprovado, por Eixo prioritário Agosto 2014**




Tendo em consideração o lugar de destaque ocupado pela Coesão Local e Urbana neste Programa Operacional Regional, é de referenciar a seguir, quer a natureza do investimento, quer a tipologia das operações.

***Quando se considera a natureza do investimento na Coesão Local e Urbana, as infra-estruturas assumem lugar de destaque***

Dos 318,9 milhões de euros correspondentes ao fundo comunitário executado na Coesão Local e Urbana, 91,3% correspondem a infra-estruturas. Este valor está em consonância com o Fundo aprovado para esta natureza de investimento (398,5 milhões de euros) que corresponde a 91% do valor total aprovado para este eixo (438,1 milhões de euros).

**Eixo Prioritário - Coesão Local e Urbana (Eixo 9)**

***Valores do Investimento elegível e do Fundo aprovados e executados, por natureza do investimento - Agosto - 2014***

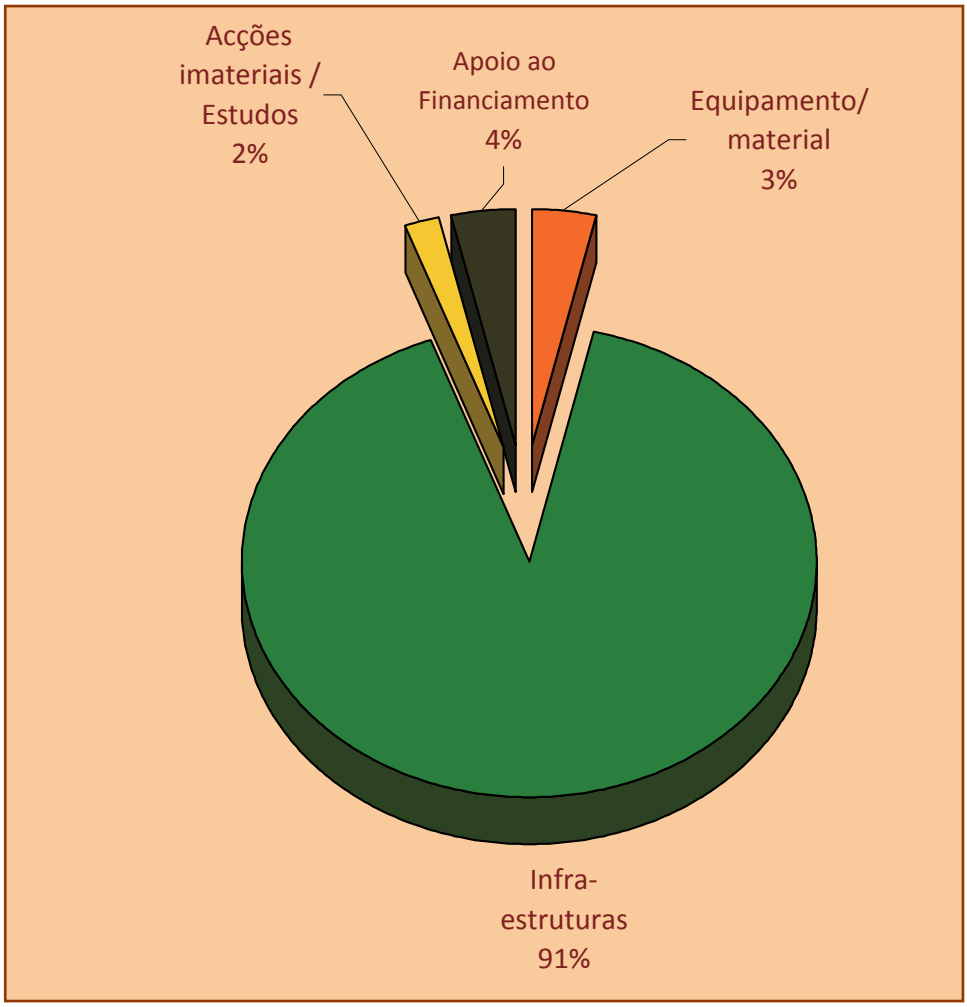
| Natureza do investimento | Aprovação | | | | Execução | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Investimento elegível | Fundo Comunitário | Investimento elegível | Fundo Comunitário | Fundo Comunitário | Fundo Comunitário |
| | Milh. euro | Milh. euro | % | % | Milh. euro | % |
| **Total Programa Operacional** | 535,8 | 438,1 | 100,0 | 100,0 | 318,9 | 100,0 |
| Acções imateriais / Estudos | 10,6 | 8,7 | 2,0 | 2,0 | 4,0 | 1,3 |
| Apoio ao Financiamento | 26,6 | 16,2 | 5,0 | 3,7 | 16,2 | 5,1 |
| Equipamento/material | 19,0 | 14,6 | 3,5 | 3,3 | 7,5 | 2,4 |
| Infra-estruturas | 479,6 | 398,5 | 89,5 | 91,0 | 291,1 | 91,3 |

*Fonte: INALENTEJO 30-08-2014*

Os valores do investimento elegível e do Fundo, quer aprovado, quer executado, caso se excepcionem os valores referentes às infra-estruturas, são praticamente residuais, porquanto no seu conjunto representam cerca de 8,7% de Fundo executado e 9% de Fundo aprovado.

Unidade Autónoma de Gás - Alpiarça

**Valores do Investimento elegível e do Fundo aprovados e executados, por natureza do investimento - (Eixo 9) - Agosto - 2014**




***Quando se considera a tipologia de operações na Coesão Local e Urbana, a política de cidades – redes urbanas para a competitividade e inovação e a mobilidade territorial assumem lugar de destaque***

A política de cidades e a mobilidade territorial assumem conjuntamente cerca de 46% do Fundo aprovado e 48% do fundo executado, o que significa cerca de 247 milhões de euros de investimento elegível na região, no âmbito do Programa Operacional Regional.

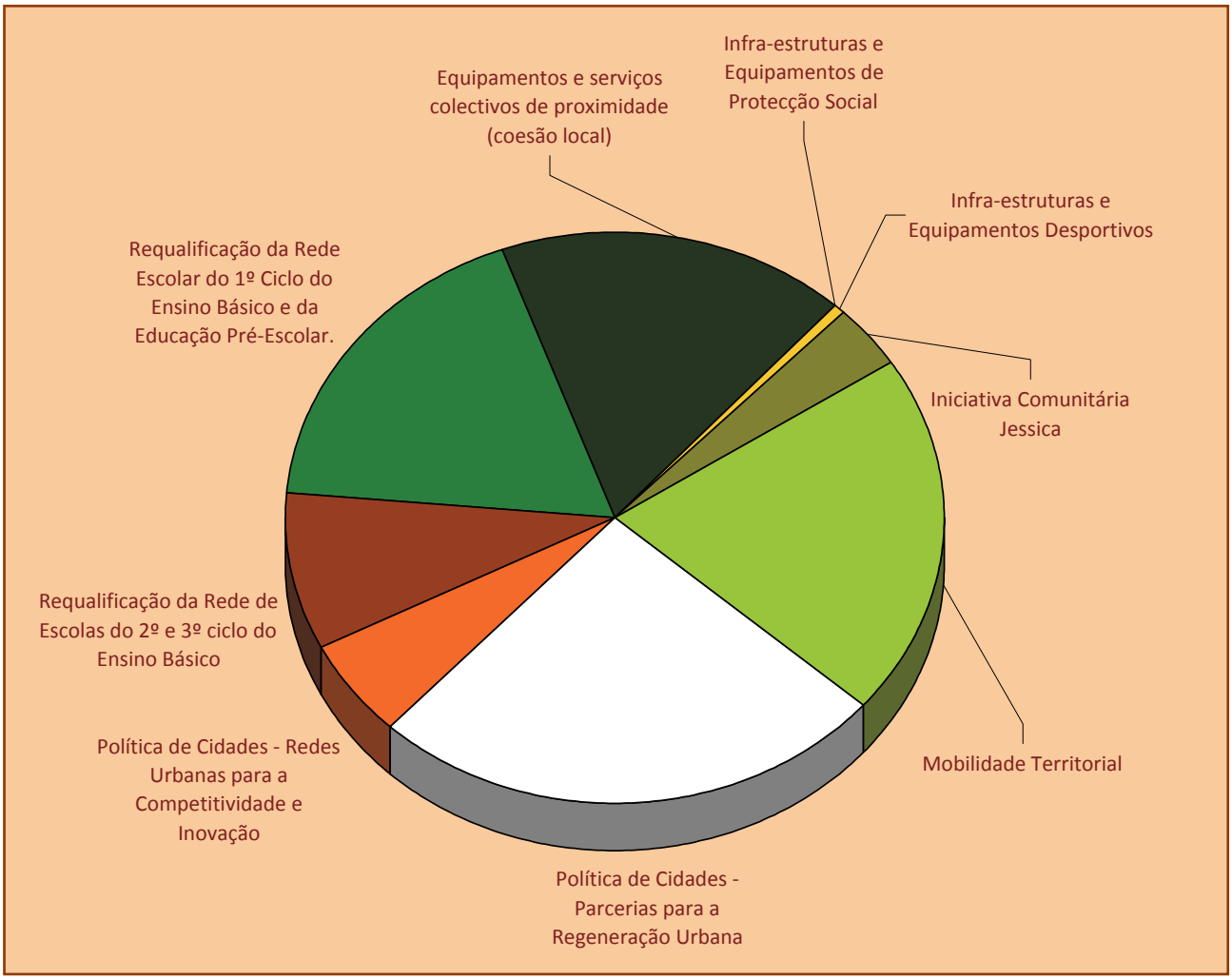
**Investimento aprovado por tipologia de operação Agosto - 2014**

| Tipologia da Operação | Aprovação | | | Execução | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Investimento elegível | Fundo Comunitário | Fundo Comunitário | Fundo Comunitário | Fundo Comunitário |
| | Milh. euro | Milh. euro | % | Milh. euro | % |
| **Total Programa Operacional** | 535,8 | 438,1 | 100,0 | 318,9 | 100,0 |
| Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local) | 90,2 | 74,8 | 17,1 | 45,5 | 14,3 |
| Infra-estruturas e Equipamentos de Protecção Social | 0,6 | 0,4 | 0,1 | 0,0 | 0,0 |
| Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos | 3,1 | 2,5 | 0,6 | 0,2 | 0,1 |
| Iniciativa Comunitária Jessica | 26,6 | 16,2 | 3,7 | 16,2 | 5,1 |
| Mobilidade Territorial | 107,8 | 89,2 | 20,4 | 68,4 | 21,4 |
| Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana | 139,5 | 113,0 | 25,8 | 85,6 | 26,8 |
| Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação | 28,5 | 23,3 | 5,3 | 14,9 | 4,7 |
| Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico | 46,6 | 39,6 | 9,0 | 25,1 | 7,9 |
| Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar. | 93,0 | 79,0 | 18,0 | 63,0 | 19,7 |
| *Fonte: INALENTEJO 30-08-2014* | | | | | |

Com um lugar de relevância estão também a requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar e os equipamentos e serviços colectivos de proximidade com 63 e 45,5 milhões de euros executados, respectivamente.

Valorização do Centro Histórico de Santiago de Cacém

**Fundo aprovado por tipologia da operação - (Eixo 9 - ) Agosto - 2014**




Com os investimentos referenciados neste eixo (eixo 9) tem sido concretizado, ao longo deste período de programação (2007-2013) o reforço da mobilidade intra-regional, através da melhoria das infra-estruturas e dos sistemas de transportes, da promoção do desenvolvimento urbano sustentável e do reforço da competitividade e atractividade do sistema urbano. Esta concretização encontra-se associada a duas linhas estratégicas da região: a "Abertura da economia, sociedade e território ao exterior" e a "Melhoria global da qualidade urbana, rural e ambiental", tal como previsto no Programa Operacional Regional para o período 2007-2013. A utilização dos fundos comunitários neste eixo tem permitido que estes tenham vindo a contribuir, na Região, para melhorar a cobertura territorial em equipamentos sociais e desportivos, para reforçar e qualificar a oferta educativa do ensino pré-escolar, básico e básico integrado, para promover a regeneração urbana e a dinamização da economia e o emprego regional através de estratégias de cooperação inter-urbana e da melhoria e criação de condições que assegurem a mobilidade interna e externa de pessoas e bens ■

Centro de Saúde de Mourão

# Programa Operacional Regional - INALENTEJO

## Investimentos em destaque

**Beneficiário:**
**Município de Portalegre**
**Código da Operação:**
**ALENT-08-0347-FEDER-000061**
**Designação da Operação:**
**Rede de Património de Portalegre - Edificado, Móvel e Imaterial**
**Concelho (Localização Física da Operação):**
**Portalegre**
**Regulamento:**
**Património Cultural**
**Investimento Elegível Aprovado:**
**1.839.811,50 euros**
**FEDER Aprovado:**
**1.563.839,78 euros**
**Descrição:**

A operação consiste na constituição de um projecto integrado que se caracteriza pelo cruzamento de espaços, edifícios e objectos materiais e imateriais, envolvendo esforços de instrumentalização, dinamização, gestão e programação de forma a permitir a reaqualificação do pré-existente imóvel, conservação e restauro, valorização, investigação, inventariação e divulgação do património móvel, imaterial e oral, de relevante interesse histórico, arqueológico, artístico, etnográfico e antropológico.

A concretização destes objetivos assentará na direção de todas as atividades de conteúdo estruturante que decorrem nos equipamentos de cultura, permitindo reutilizar o património arquitetónico e as infraestruturas existentes, desenvolver uma maior polivalência funcional, impulsionar programas de atividades culturais e de lazer inclusivos, proteger e divulgar o património histórico-artístico e fomentar a sua conservação e restauro.

Pretende-se ainda, com este projeto integrado de qualificação de património, a beneficiação dos espaços existentes e a criação de novos museus e núcleos museológicos, bem como a conservação e a divulgação das coleções visitáveis, como espaços de cultura acreditados em Rede.

**Beneficiário:**
**Direção Regional de Cultura do Alentejo**
**Código da Operação:**
**ALENT-08-0547-FEDER-002174**
**Designação da Operação:**
**Valorização e Conservação do Sítio Arqueológico de S. Cucufate**
**Concelho (Localização Física da Operação):**
**Vidigueira**
**Regulamento:**
**Património Cultural**
**Investimento Elegível Aprovado:**
**180.660,44 euros**
**FEDER Aprovado:**
**153.561,37 euros**
**Descrição:**

As ruínas de **São Cucufate**, classificadas como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 36383, de 28 de junho de 1947, localizam-se na freguesia de Vila de Frades, Concelho de Vidigueira, e constituem um exemplar único, no atual território português, de monumentalidade arquitetónica de uma villa áulica do século IV.

O conhecimento da sucessiva reocupação do espaço em época romana resulta das escavações arqueológicas dirigidas entre 1979 e 1984 por uma equipa luso-francesa, sob a responsabilidade de Jorge de Alarcão, Robert Étienne e Françoise Mayet. Os resultados foram reveladores: a partir de meados do século I d. C. até ao século IV, a ocupação do local intensificou-se com o assentamento sobreposto de três villae, com reaproveitamento e abandono de espaços entre si, e um processo evolutivo que findou com a projeção da monumentalidade arquitetónica na sua fase final (século IV), reflexo de grande prosperidade.

Esta operação de valorização patrimonial incide sobre um monumento da maior relevância no contexto regional e nacional, testemunho de uma época, a romana, que, há cerca de 2000 anos, estruturou de forma indelével a ocupação e a malha administrativa do território através da criação de uma rede coerente de cidades e villae, ligadas por um sistema viário, e do aproveitamento económico dos seus recursos a partir, nomeadamente, de explorações agrícolas com instalações que, grosso modo, podemos considerar na génese dos atuais montes. S. Cucufate é expressão exemplar das estruturas rurais que então se estabeleceram e que organizaram os campos. Embora este sítio tenha já beneficiado de um programa de conservação, restauro e valorização, impõe-se a realização de melhorias a esse nível, sobretudo no tocante à sua valorização e fruição pública através da criação de condições para a melhoria da compreensão do monumento pelos visitantes e à segurança destes.

**Beneficiário:**
**Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Sé de Évora**
**Código da Operação:**
**ALENT-08-0347-FEDER-000752**
**Designação da Operação:**
**Valorização e divulgação do património da Igreja de Nossa Senhora do Carmo**
**Concelho (Localização Física da Operação):**
**Évora**
**Regulamento:**
**Património Cultural**
**Investimento Elegível Aprovado:**
**120.679,16 euros**
**FEDER Aprovado:**
**84.475,41 euros**
**Descrição:**
A igreja de Nossa Senhora do Carmo, e o conjunto de bens patrimoniais móveis que contém, encontra-se no Centro Histórico da Cidade de Évora, o Adro da igreja de Nossa Senhora do Carmo encontra-se dentro da Zona de Protecção definida para Imóvel de Interesse Público, IIP, e de Zona Especial de Protecção, na confrontação directa com o Mirante – Galeria da Casa Cordovil, classificado Imóvel de Interesse Público, IIP (8252, DG 138 de 10-07-1922), e com o Chafariz das Portas de Moura, classificado Monumento Nacional, MN (8218, DG 130 de 29-06-1922).
A acção de valorização e divulgação do Património Móvel da Igreja do Carmo tem como principal objectivo a valorização e divulgação do espólio de bens culturais e artísticos de matriz cristã, imóvel e móvel, que contribui para sublimar a riqueza patrimonial da cidade de Évora, pela manutenção destes testemunhos patrimoniais de âmbito histórico, religioso, artístico e cultural. Esta acção tem a preocupação de contribuir para o restauro e conservação, a reabilitação, a valorização, a fruição e a divulgação dos valores patrimoniais existentes.
Esta iniciativa, toda ela orientada para a população eborense e para os seus visitantes, tem como objectivo global a valorização da cidade de Évora, um pólo de excelência urbana. A fruição pública destes espaços está associada à valorização do património cultural e à revitalização funcional, recurso fundamental no desenvolvimento da cidade. Nesta perspectiva, esta operação prevê o restauro e recuperação do pavimento do adro da igreja e da escadaria de acesso, o que constitui esta oportunidade de fruição do valioso património artístico e cultural, de que a Fábrica da Paróquia da Sé de Évora, ou seja, a igreja de Nossa Senhora do Carmo, é o guarda fiel, promovendo o conhecimento da sua colecção de bens móveis e do seu o conjunto patrimonial arquitectónico, inserindo-se na actividade cultural adaptada ao ciclo da cidade, e fortalecendo a oferta cultural e artística da mesma.

**Beneficiário:**
**Diocese de Santarém**
**Código da Operação:**
**ALENT-08-0247-FEDER-002084**
**Designação da Operação:**
**Reabilitação da Igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém**
**Concelho (Localização Física da Operação):**
**Santarém**
**Regulamento:**
**Património Cultural**
**Investimento Elegível Aprovado:**
**171.297,75 euros**
**FEDER Aprovado:**
**119.908,43 euros**
**Descrição:**

A operação visa a melhoria das condições de salvaguarda, valorização e de animação do património cultural numa perspetiva de transmissão para o futuro dos bens culturais, de forma a manter a sua existência e assegurar a sua fruição com respeito pela identidade específica, nela considerando os valores da originalidade aliados aos da respetiva integridade patrimonial.

A Igreja de santa Maria da Alcáçova, monumento classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº. 29/84, terá sido fundada em 1154 pelos Templários, no coração da cidadela, conquistada pelas tropas de D. Afonso Henriques em 1147. Junto a este templo encontrava-se também o Paço Real, motivo pelo qual assumiu as funções de Capela Real e usufruiu de muitos benefícios régios traduzidos em bens fundiários e legados monetários.

A abertura da Igreja de Santa Maria da Alcáçova revela-se um imperativo no quadro patrimonial de Santarém e de um dos seus pólos mais identificadores. Com a recuperação do monumento e a sua valorização, promoção e fruição pública, Santarém terá recuperado todo o conjunto da Alcáçova Velha, intimamente ligada ao período da denominada reconquista cristã e palco assíduo da presença régia em tempos medievais e modernos. ■

Rio Guadiana - Alqueva

INALENTEJO
2007.2013

CCDR
ALENTEJO